

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DO TRABALHO DA ....ª VARA  
DO TRABALHO DE .....**

..... (nome completo), ..... (nacionalidade), ..... (estado civil), ..... (profissão), nascido em ..... (dia, mês e ano), portador da cédula de identidade RG nº ..... e do CPF/MF nº ..... , portador da CTPS nº ..... – série ..... (nº e UF), residente e domiciliado nesta Capital à ..... (endereço completo: rua [av.]....., nº ....., complemento ....., bairro ....., cidade ....., CEP....., UF.....), por seu Advogado e bastante procurador que esta subscreve, com incluso instrumento de mandato (doc. ....), vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência propor a presente

**RECLAMAÇÃO TRABALHISTA VISANDO À RESCISÃO  
INDIRETA DE CONTRATO DE TRABALHO**

em face de ..... (razão social completa), inscrita no CGC/MF (ou CNPJ/MF) sob nº ....., localizada à ..... (endereço completo: rua [av.]....., nº ....., complemento ....., bairro ....., cidade ....., CEP....., UF.....), com fundamento no artigo 483, alínea “d”, da CLT, pelos motivos de fato e de direito que passa a expor:

**1 – DO CONTRATO DE TRABALHO**

O RECLAMANTE foi admitido aos serviços da RECLAMADA

em ..... (dia, mês e ano) na função de ..... com o último salário de R\$ ..... (valor por extenso) por ..... (tipo salarial: mensal, por hora, ou outro).

## **2 – DA JORNADA DE TRABALHO**

O RECLAMANTE cumpria o horário de trabalho das .... horas às .... horas, de ..... a .....-feira, com .... (.....) hora para almoço, perfazendo assim uma jornada de trabalho de .... horas semanais.

## **3 – DAS HORAS EXTRAS**

O RECLAMANTE continuava trabalhando das .... horas às .... horas, perfazendo .... (....) horas extras diárias, totalizando .... (.....) horas extras mensais e que deveriam ser pagas com adicional de ....0% (.... por cento).

Durante o mês de ..... o RECLAMANTE trabalhou ..... (.....) aos domingos das ..... horas às ..... horas totalizando ..... horas que deverão ser pagas em dobro. Também trabalhou durante o mês de ..... aos sábados, no mesmo horário das ..... horas as ....., totalizando ..... horas extras que deverão ser pagas com o adicional de ....% (..... por cento).

## **4 – DA INADIMPLÊNCIA DA RECLAMADA**

A RECLAMADA deixou de cumprir suas obrigações contratuais e não pagou os salários devidos ao RECLAMANTE dos meses de ....., ..... e .....

Diante de tal fato e das dificuldades financeiras, o RECLAMANTE se viu obrigado a aceitar proposta de emprego em outra empresa do mesmo ramo, assim como também não lhe restou alternativa senão a observância de seu direito, contido no artigo 483, alínea “d”, da CLT.

## **5 – DAS FÉRIAS E DA MULTA**

O RECLAMANTE faz jus ao pagamento de férias ..... (proporcionais ou integrais) do período de ..... à ....., com 1/3 constitucional E MULTA DO ARTIGO 137 DA CLT, ainda não pagas pela RECLAMADA.

## **6 – DO 13º SALÁRIO**

O RECLAMANTE faz jus ao pagamento do 13º salário ..... (proporcional ou integral) ao período trabalhado, por força do artigo 3º da Lei nº 4.090/62, incluindo-se o período do aviso prévio.

## **7 – DO FGTS E MULTA**

Por não haver recolhido os devidos valores referentes ao FGTS durante o período trabalhado, deverá ser a RECLAMADA condenada ao pagamento de tais valores atualizados e com correção monetária, como também ao pagamento do acréscimo do percentual da multa rescisória, conforme dispõe o artigo 16, § 1º da Lei 7.839/1989.

## **8 – DO AVISO PRÉVIO**

É devido ao RECLAMANTE o aviso prévio remunerado de acordo com o § 4º do artigo 487 da CLT.

## **9 – DA MULTA DO ARTIGO 477 DA CLT**

Em virtude de o RECLAMANTE não ter dado motivo para a cessação das relações de trabalho, tem ele o direito de haver da RECLAMADA indenização, paga na base de maior remuneração que tenha percebido.

### **DIANTE DO EXPOSTO PLEITEIA:**

- I- saldo de salário.....R\$.....
- II – férias ....., mais 1/3 constitucional e multa do artigo 173 da CLT.....R\$ .....
- III – 13º salário ..... do ano de ....., com incidência do aviso prévio .....R\$.....
- IV – aviso prévio remunerado.....R\$.....
- V – Fundo de Garantia por tempo de serviço do período trabalhado com incidência da multa rescisória de 40% sobre o total..... a calcular
- VI – multa do artigo 477 da CLT.....R\$.....
- VII – expedição de ofício à DRT-SP a fim de que sejam apuradas as irregularidades e aplicadas as penalidades cabíveis.

Ante ao exposto, requer a notificação da RECLAMADA para

audiência a ser designada, com o depoimento pessoal da Reclamada, sob pena de revelia e confissão, oitiva de testemunhas, juntada de novos documentos e que ao final seja julgada PROCEDENTE A PRESENTE RECLAMAÇÃO, condenando-se a RECLAMADA no pagamento do pedido, além das custas processuais e honorários advocatícios.

Dá-se à presente o valor de R\$.....(valor por extenso).

Termos em que

Pede Deferimento.

....., ..... de ..... de .....  
(local e data).

.....  
Advogado (nome)  
OAB/.... nº .....